

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 50

Ano 19

Volume Especial 2

Resenhas

Educação e Estudos Culturais

Charlyan de Sousa Lima

(Org.)

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

2023

2023

2023

2023

Niterói – RJ

Revista Querubim 2023 – Ano 19 n°50 – vol. esp. 2 – Educação e Estudos Culturais – 32p.
(junho – 2023)
Rio de Janeiro: Querubim, 2023 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Maiara Amorim Pereira, Naiara Amorim Pereira e - Charlyan de Sousa Lima – Letramento informacional e fake news	04
02	Francikele Conceição Carvalho Oliveira e Charlyan de Sousa Lima – Educação Infantil: desafios e perspectivas para inclusão da figura masculina	07
03	Cilene Mendonça Ferreira, Francisco da Conceição Correia e Charlyan de Sousa Lima – Masculinidades e feminilidades: representações visuais no livro didático de ciências da natureza	09
04	Fernanda Ferreira Souza e Charlyan de Sousa Lima – Respeito e aceitação: a importância de uma educação antirracista para a sociedade	12
05	Karina da Costa Araujo e Charlyan de Sousa Lima – Currículos e relações étnicos raciais: uma análise escolar que segue o percurso da transversalidade	15
06	Anderson Santos Silva, Luciene Teixeira de Oliveira Silva e - Charlyan de Sousa Lima – História e cultura afro-brasileira e indígena: uma reflexão acerca de sua obrigatoriedade na educação básica	17
07	Ana Gabrieli Marques Silva, Rafael Lisboa da Silva e Charlyan de Sousa Lima – Um faz de conta que acontece: a valorização e afirmação de identidade na educação escolar quilombola	20
08	Fernanda Silva Carvalho, Marcelo Silva e Charlyan de Sousa Lima – Promoção de saúde: relação entre educação ambiental e condições de saúde humana	22
09	Angelline Vieira Ferreira e Charlyan de Sousa Lima – Uma reflexão sobre a educação do campo no processo educativo do cidadão	24
10	Aline Rosimary de Oliveira, Ana Lucia Almeida Cornelio e Charlyan de Sousa Lima – O ensino da diversidade cultural nas escolas: estimulando conhecimentos e valores culturais	26
11	Ana Maria Alves da Silva e Charlyan de Sousa Lima – A cultura pop como uma possibilidade para a educação básica	29
12	Karoline Maria Pereira Carvalho, Katrine Maria Pereira Carvalho e Charlyan de Sousa Lima – Perspectiva sociocultural da diversidade surda no Brasil	31

RESENHA

FERNANDES, I. C.; FERNANDES, T. F. Letramento informacional no combate às fake news na educação. **ReDoC Revista Docência e Cibercultura**. v. 7 n. 2 p. 41 Jan./Abr. 2023.

LETRAMENTO INFORMACIONAL E FAKE NEWS

Maiara Amorom Pereira¹
Naiara Amorim Pereira²
Charlyan de Sousa Lima³

Síntese da obra

O artigo tem como objetivo fazer uma problematização da importância do letramento informacional no combate as Fake News, de modo a contribuir com as práticas educativas. Partindo da metodologia da pesquisa-formação na cibercultura, bem como sua relação com o exercício da docência.

Nesse sentido, o artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida com estudantes do curso de Pedagogia, na modalidade à distância, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

As autoras apontam para a importância do letramento informacional no combate às Fake News, no âmbito da educação básica e da educação superior, proporcionando a reflexão para uma aprendizagem consciente e crítica. Além de proporcionar o exercício da capacidade de filtrar as informações de maneira ética.

A pesquisa parte então das narrativas dos praticantes da cultura da pesquisa, desenvolvidas no Blog do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde foi recortado o que emergiu quanto às Fake News, a fim de se refletir sob a ótica do letramento digital.

Nesse sentido, as autoras apontam para as Fake News como um problema em escala global, onde uma das maneiras de instrumentalizar os estudantes está no exercício do letramento informacional na educação básica e no ensino superior.

Principais resultados desenvolvidos na obra

As autoras apresentam um contexto digital e sua fluidez enquanto possibilidade de difusão de informações, sendo este um campo fértil para a propagação das Fake News, que na visão das autoras, são um tipo de comunicação em que prevalecem os jogos de interesses ideológicos de grupos e sujeitos.

O artigo se desenvolve por meio da pesquisa-formação, está que segundo as autoras trata-se uma pesquisa ativa e dinâmica, além de comprometida com a formação e autoformação.

¹ Graduada em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão.

² Graduada em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão.

³ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

As autoras apontam para a cultura permeada pelo digital em rede, que possibilitam interações, bem como a instantaneidade das informações, onde os sites proporcionam a disseminação de informações de forma constante e ampla, rompendo assim, com o tradicional e entrando em um campo perpassado pelo tecnológico.

O artigo aponta para o desafio de se compreender o uso social, responsável e ético das informações que permeiam o cenário digital, visto que nesse espaço, as Fake News são utilizadas para propagar a desinformação. As autoras expõem o contexto de origem do termo Fake News, ficando este conhecido mundialmente a partir das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, sendo ele a veiculação de informações falsas uma estratégia para obtenção de vantagens por parte de determinado grupo.

As autoras apresentam a Fake News em uma ligação com o conceito de pós-verdade, este último ligado às emoções e menos ao que é factual, sendo a internet a fortalecedora dessa pós-verdade. Nesse sentido, a pós-verdade, na visão das autoras, apresenta consequências preocupantes para a educação, ocasionando a reflexão sobre como ensinar os estudantes da educação básica essa distinção entre o que é verdade do que é mentira naquilo que circula no âmbito digital.

As autoras concebem o digital como um campo fértil para a propagação de informações falsas, tendo em vista sua fluidez, a possibilidade de replicação dos conteúdos de forma rápida, bem como a abundância de informações que se tem acesso e que não se tem uma interpretação e reflexão por parte dos leitores.

O letramento informacional é tido como práticas sociais amplas que se conectam, sendo, portanto, o ato de manusear, avaliar as informações, ou seja, refletir de forma crítica sobre as informações que se tem acesso. Assim, o letramento informacional requer o desenvolvimento de habilidades ligas ao manuseio das informações, adotando um pensamento reflexivo na organização dessas informações.

Com a exposição dos indivíduos estudados acerca de suas percepções e dificuldades sobre o uso das tecnologias digitais, as autoras se preocuparam em observar o letramento informacional. Os dados apresentados apontam para uma estudante se preocupou em destacar o filtro em relação à identificação de notícias falsas, selecionando o site de busca, averiguando a informação e suas fontes, o que aponta, segundo as autoras, para o conhecimento do letramento informacional.

As autoras ressaltam que as Fake News são um problema global e que precisa ser combatido, assim, como possíveis soluções temos a atuação juntamente com os estudantes por meio de práticas com o uso de tecnologias digitais na educação básica, com a potencialização do currículo, na tentativa de tornar os alunos reflexivos e críticos no que diz respeito ao tratamento de informações no âmbito digital. Quanto á universidade, ela pode proporcionar, segundo as autoras, contextos formativos pensando o mundo e a educação básica.

Reflexões a partir da obra

As Fake News são um problema que perpassa a realidade da sociedade quando pensamos o contexto virtual. O não tratamento das informações de forma verídica tem se tornados uma prática comum, ocasionando, portanto, na replicação de informações de caráter duvidoso, que tem sido facilitado pelo acesso instantâneo aos meios digitais.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta uma reflexão acerca do letramento informacional no combate às Fake News na educação, trazendo uma discussão que aborda os principais pressupostos do letramento informacional, e como esse letramento se faz importante na sociedade, está em que as Fake News são alimentadas e disseminadas bastante rapidez. Assim, o artigo se volta para o contexto educacional, quando apresenta o letramento informacional como possibilidade para se combater as Fake News, tornando os alunos reflexivos, críticos e atenciosos quanto ao tratamento das informações dispostas no ambiente digital.

Indicação da obra

O artigo apresenta uma discussão relevante acerca do letramento informacional e do combate as Fake News, contribuindo, assim, com as práticas educativas. O artigo pode ser considerado necessário e pontual no que se propõe. Com uma linguagem clara e de fácil entendimento, o artigo apresenta pontos de vistas que fazem com que se tenha uma ideia mais profunda acerca dos temas que são discutidos, além de abrir caminhos para podermos repensar essa propagação das Fake News, bem como conhecer o letramento informacional. Assim, o artigo é uma excelente leitura para qualquer pessoa que seja interessada na área e nas temáticas abordadas, principalmente no que concerne à educação.

RESENHA

SILVA, R. J. P; PEREIRA, E. C. Pensar à docência masculina na Educação Infantil a partir dos estudos culturais em educação. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. V. 09, n. 20, p. 107-122, maio/ago.2022

EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DA FIGURA MASCULINA

Francikele Conceição Carvalho Oliveira⁴
Charlyan de Sousa Lima⁵

Síntese da obra

O papel desempenhado pela mulher na educação nem sempre foi visto como algo primordial, uma vez que à docência no Brasil teve início com escolas Jesuítas, sendo a profissão exercida por pessoas do sexo masculino. As mulheres por sua vez começaram a ganhar espaço em meados do século XIX, no entanto, somente no século XX, a presença feminina passou a ser vista como algo fundamental, fazendo com que surgissem questionamentos sobre o papel masculino desempenhado na Educação Infantil.

Fica evidente a essencialidade da mulher na educação infantil, o que não vem a significar que o homem também não possa exercer a função com seriedade e competência. Compreender que ambos os sexos podem trabalhar em diferentes profissões, exercendo com excelência papéis diversificados, é o primeiro passo para se chegar a uma sociedade mais justa e igualitária. Aceitar a presença masculina dentro da Educação Infantil. Discutir sobre a inclusão masculina dentro do contexto social na educação é de grande relevância, uma vez que a mesma ainda vem sendo classificada por muitos como algo absurdo e reprovável.

Uma visão mais ampla e minuciosa sobre o assunto, pode trazer uma serie de questionamentos e visões diferenciadas, podendo com isso contribuir de diversas maneiras para o avanço da igualdade de gênero e respeito mútuo. Segundo Arce (2001), a pedagogia de Friedrich Froebel (1782-1852) somente mulheres possuem aptidão necessária para exercer o papel de professora, uma vez que para ele a mulher nasce com o instinto materno aflorado e assim é bem mais preparada para exercer tal função.

Além da percepção criada sobre a mulher ser a única apta a trabalhar com a educação infantil, existem outros fatores que influenciam a presença masculina na docência, como os inúmeros casos de abusos sexuais envolvendo o sexo masculino, anunciados pelas grandes mídias, que vem contribuindo para uma maior cautela das escolas em contratar tais profissionais. Assim como, a distorcida ideia de que somente mulheres conseguem amar, educar e cuidar de uma criança.

Portanto, diante de tais questões, fica evidente a importância da discussão sobre uma maior participação do homem na educação infantil, uma vez que tanto se fala em igualdade social, e pouco ainda se faz para que ocorra essa igualdade na pratica.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

⁵ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os autores trouxeram através desta obra uma grande reflexão sobre como a educação infantil no Brasil passa a tratar apenas a mulher como pessoa preparada a lidar com as crianças em sala de aula, trazendo ainda, fatores que evidenciam a importância da presença masculina na educação infantil como educadores. A importância de se discutir a presença masculina para os estudos culturais, bem como, fatores que geram receios para que escolas e famílias aceitem docentes do sexo masculino.

Reflexões a partir da obra

Embora muitos homens tenham estudado o magistério ou pedagogia, a presença deles na Educação Infantil ainda é um tabu a se quebrar, o receio dos filhos terem como docente uma pessoa do sexo masculino, faz com que muitos pais resistam a essa ideia, o que acaba influenciando nas contratações escolares. Assim, é perceptível um maior número de mulheres exercendo a função.

Construir a confiança necessária para uma maior inclusão do homem na educação infantil não será tarefa fácil, uma vez que a sociedade de certa forma é influenciada pela grande mídia, onde o homem já foi posto muitas vezes como um ser sem controle de si e agressivo.

No entanto, fica evidente que o assunto em questão merece uma maior atenção da sociedade, que deve repensar os seus valores, e assim buscar direitos mais igualitários e justos. O homem assim como a mulher, merece exercer as funções para qual está apto, seja ela em sala de aula, empresa, escritórios ou até em casa, não se pode dizer para as crianças que somos iguais, se nem mesmo conseguimos praticar em atitudes tão simples.

Indicação da obra

Este artigo possui grande relevância para a comunidade em geral, pois a partir dele é possível entender um pouco mais sobre a inclusão da mulher no contexto educacional, e os principais fatores que fazem com que o homem seja visto como não apto para exercer a função de docente no campo da educação infantil.

Portanto, a indicação do referido artigo é baseada na necessidade que existe de se entender os fatores que levam a tamanha distorção de conhecimento, quanto a presença masculina na docência infantil.

Referências

- ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Caderno de pesquisa**, n.113. p.167-184, 2001.
- SILVA, Raimundo José Pereira; PEREIRA, Eliúde Costa. Pensar à docência masculina na Educação Infantil a partir dos estudos culturais em educação. **Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. V. 09, n. 20, p. 107-122, maio/ago.2022

RESENHA

MARQUES, Y.; DOMINGOS, C. O.; RAMOS, E. M. C. Masculinidades e feminilidades nas imagens do livro didático de Ciências da Natureza da Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 338-355, jan./jul. 2022.

MASCULINIDADES E FEMINILIDADES: REPRESENTAÇÕES VISUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Francisco da Conceição Correia⁶
Cilene Mendonça Ferreira⁷
Charlyan de Sousa Lima⁸

(Síntese da obra

O artigo traz uma reflexão sobre a representação apresentada por meio de imagens da masculinidade e feminilidade no Livro Didático de Ciências da Natureza da Educação de Jovens e Adultos (EJA), apontando alguns equívocos e/ou intenções na escolha dessas imagens, nesse sentido os autores alertam e estimulam para a existência de um confronto entre o artefato e a realidade dos estudantes, de modo a preservar a integridade física e psíquica dos estudantes ao mesmo tempo, em que lhes deve abrir um leque de possibilidades e não limitar a padrões elitistas.

Percebe-se também, nesse trabalho, a preocupação dos autores em apresentar a perspectiva dicotômica entre o currículo escolar e a pedagogia cultural que insi em reproduzir um padrão hierárquico e patriarcal pautado nas diferenciações de gêneros que promovem a figura masculina como sendo a provedora e mantenedora do lar, enquanto reduz a figura feminina a obediência e submissão dos afazeres do lar.

Com o intuito de evidenciar essa distinção, os autores utilizaram 14 imagens, sendo 7 de homens e 7 de mulheres, para a realização de uma análise minuciosa que demonstra a utilização dos recursos educacionais para perpetuar um padrão societário e de controle da mobilidade, induzindo aos estudantes da EJA a aceitação dessa dinâmica como algo natural e não como fruto de uma desigualdade histórica que ainda se mantém viva devido os meios utilizados para propagar essa consciência.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os resultados apresentados referem-se à identidade que se pretende construir nos estudantes da EJA, por meio da linguagem visual, evidenciando que as imagens apresentadas não estabelecem a relação entre gênero e trabalho como uma maneira de fugir da lógica hegemônica de gênero, reforçando, desse modo, a inflexibilidade e o discurso patriarcal em que as mulheres são tratadas como frágeis e dependentes dos homens por tanto subordinadas aos mesmos.

Ainda nesse sentido, os autores evidenciam a postura restritiva aos cargos que os estudantes da EJA podem ocupar quando estes apontam as imagens selecionadas para ilustrar a masculinidade e a feminilidade. Não se pode observar as imagens elencadas pelos autores sem fazer uma crítica ao intuito empregado no Livro Didático, destacando principalmente atividades laborais em que o

⁶ Graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão –UFMA.

⁷ Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Maranhão, Campus Chapadinha-MA

⁸ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

trabalho masculino está intrinsecamente associado à força e ao domínio de equipamentos e a mulher ao serviço doméstico.

Portanto, a discussão proposta pelos autores é imprescindível para se repensar o currículo considerando as peculiaridades do público da EJA, pois estes estão sendo gradativamente moldados pelos livros para ocuparem cargos e cargas culturalmente destinadas às pessoas mais pobres, não havendo uma intenção real de inverter os papéis socialmente pensando.

Reflexões a partir da obra

A análise das imagens do Livro Didático de Ciências da Natureza do EJA auxilia compreender que este mesmo que inconscientemente visa construir, a partir das imagens, uma massa trabalhadora submissa, caracterizando as mulheres como frágeis e exclusivas aos serviços domésticos, limpar, passar, cozinhar entre outras tarefas, e quando se refere às mulheres fora do ambiente doméstico, estas aparecem associadas à profissão de enfermeiras, enquanto os homens são apresentados como viris externos ao serviço doméstico ocupando diversos espaços sejam no campo ou na cidade, no entanto, as profissões apresentadas são braçais.

Por outro lado, não se pode perder de vista que o Livro Didático é um artefato cultural carregado de intenções, além de ser uma mercadoria e como mercadoria sua construção/elaboração é pensada para obter lucro (MUNAKATA, 2012). É inegável sua importância para auxiliar o professor na sua prática escolar “o livro didático é um instrumento de construção de identidade, reconhecido como um símbolo de poder, assumindo um importante papel político” (BANDEIRA; VELOZO, 2019, p. 1021).

Ao discutir sobre a representação da masculinidade e feminilidade “é importante considerar que masculinidades e feminilidades não são naturais, mas naturalizadas e utilizadas como ponto de partida para busca de certas características e expectativas” (PRADO; ANSELMO, 2019, p. 4). Nesse sentido, nota-se o esforço dos autores para desnaturalizar a visão simplista sobre essa temática.

Indicação da obra

A leitura desse artigo é relevante no sentido de compreender como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é priorizada ou não, isso quando se faz uma reflexão sobre a variedade de propostas de materiais escolares é produzida e ofertada como o Livro Didático, por exemplo. Além dessa reflexão também é possível pensar na formação profissionalizante esperada para os Jovens e Adultos dessa modalidade de Ensino.

As imagens elencadas no artigo propõem um padrão hegemônico, elitista e patriarcal a ser seguido e perpetuado por meio do Livro Didático de Ciências da Natureza preparando a mulher para a submissão e os trabalhos domésticos e o homem para o domínio dos espaços de trabalho no campo e/ou na cidade, mas sempre ocupando cargos de subordinados revelando as expectativas para esse grupo. A leitura desse artigo é interessante por levantar essas questões que muitas vezes passam imperceptíveis pelos estudantes e em alguns casos pelo próprio professor.

Finalmente, destaca-se nessa obra a visão de masculinidade e feminilidade como uma construção de sentido e não como um processo natural e/ou cultural, portanto, ao selecionar as 14 imagens os autores tentam contrapor a noção de igualdade por meio da quantidade. É inviável falar em igualdade se as mulheres e homens estão representados por meio de padrões genéricos que vislumbram a transmissão de uma ordem a ser seguida, não apresentando a inversão de papel muito menos as conquistas das mulheres.

Referências

- BANDEIRA, Andreia; VELOZO, Emerson Luís. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência educ.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, out. 2019.
- MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Proposições**, v. 23, n. 3, p. 51–66, set. 2012.
- PRADO, P. D.; ANSELMO, V. S. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação infantil. **Proposições**, v. 30, p. e20170137, 2019.

RESENHA

SANTOS, B. F. et al. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Concepções teóricas e práticas na contemporaneidade. *Revista Culturas & Fronteiras*. v. 7, n. 1, p. 54-74, 2023.

RESPEITO E ACEITAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA A SOCIEDADE

Fernanda Ferreira Souza⁹
Charlyan de Sousa Lima¹⁰

Síntese da obra

Falar de discriminação racial é pensar em como o sofrimento ainda é presente na vida de muitos negros que ainda são, de certa forma, obrigados a conviverem com o preconceito e atos de racismo frequentemente. O racismo e o preconceito ocorrem desde meados da colonização, onde existia a classe dominante que escravizava as pessoas, mais precisamente pela cor de sua pele e com isso, para a classe dominante essas pessoas eram vistas infelizmente como “animais de carga”, termo pejorativo usado para menosprezar as pessoas que eram escravizadas pela classe.

Essa classe dominante faz com que a integração do negro na sociedade seja um desafio, pelo fato do egocentrismo presente, voltando-se a questão de que a classe tida como dominante é a classe que acha ser a única que precisa ser respeitada e que não pensa no outro, nesse caso no homem negro. Existem visões e estudos que veem a categorização de classes como fator principal do aumento da discriminação, pois, é criada uma ideia de pessoas melhores e mais respeitadas. A herança ideológica deixada pelos portugueses é uma herança taxada na ideia de que o negro e o pobre são inferiores e incapazes. Trabalhar essas visões dentro da sociedade é buscar meios que façam com que as pessoas enxerguem e vejam que o racismo, o preconceito, a discriminação, são presentes na vida de pessoas e que podem afetá-lo de diversas maneiras.

No decorrer do tempo, é certo que ocorreram inúmeras mudanças, mas ainda é um assunto que é necessariamente obrigatório em ser colocado como pauta, principalmente na vida escolar, ter uma educação antirracista nas escolas, é fazer com que crianças, adolescentes e jovens, criem uma visão diferente e contrária a visão que muitos da sociedade impõem. É importante que leis como a Lei n°. 9.455 de 07 de abril de 1997 que rege a lei da tortura, lei essa que descreve como a pessoa negra se ver torturada diante de um caso de racismo, tortura emocional, física e mental, sejam trabalhadas de forma presente e ativa nas escolas.

A realidade de uma sociedade antirracista precisa de mudanças, em pensamentos, atitudes, decisões, para podermos conviver em uma sociedade menos preconceituosa. Como mencionado acima, existem leis que promovem essas mudanças para a sociedade, como a Lei 10.639/03, Lei 11.645/08, que são leis que trazem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e das culturas indígenas nas escolas. Mas pensar nessa obrigatoriedade é pensar também no déficit na questão de capacitação dos professores para trazer esse ensino para as salas de aula.

É importante que as escolas, sejam elas, públicas ou privadas, tragam um ensino de forma que os alunos vejam a importância do negro para a construção da sociedade, não olhando de forma isolada, com a ideia de que o povo negro chega vindo por meio de tráfico de escravos, mas sim, de que culturalmente, foi o resultado da diversidade racial, social e econômica, por isso, é fundamental

⁹ Graduada em Licenciatura em Linguagens e Códigos- Língua Portuguesa pela UFMA.

¹⁰ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

uma forma de capacitação aos professores, para que eles se aprofundem no assunto e possam enxergar a verdadeira história dessa população descendente.

Dessa forma, observando como é a realidade atual, na qual os crimes por fatos de discriminação, por atitudes racistas, ainda são frequentes e em grande número, mostrando assim, que a educação ainda é falha no ensino da cultura das relações étnico-raciais, na cultura africana e afro-brasileira, que embora estejam presentes em muitos ambientes escolares, ainda falta alcançarem uma maior conscientização, um olhar e atitudes precisas de respeito para com a população negra.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os autores trabalham por um olhar de como o racismo ainda é muito recorrente, que vidas negras, sofrem diversos tipos de discriminação, vistos como pessoas incapazes. A pesquisa em si, traz estudos de muitos autores que lutam e trabalham sobre essas questões antirracistas.

Um dos principais meios trabalhados pelos autores na escrita e desenvolvimento do artigo é mostrar sobre como a educação antirracista pode provocar mudanças na sociedade. Trabalhar sob o viés de uma educação antirracista é tentar trazer uma nova visão às crianças, adolescentes e jovens, que muitas vezes acabam vendo essa situação de uma forma distorcida.

Uma das principais formas de trazer ativamente essa educação antirracista para as escolas, é colocando em prática as leis abordadas pelos autores e colocando em vigor capacitações para os professores, de forma que se sintam seguros na abordagem sobre as discriminações existentes para com a população negra.

Outro ponto presente na discussão são os crimes racistas que ainda são cometidos, por pessoas que se veem como cidadãos melhores do que os demais. Ao abordar situações como essa, a importância de mostrar o quanto a população negra é fundamental para a construção da sociedade, é indispensável. Trazer meios eficazes para que isso ocorra, são métodos que possam construir uma sociedade menos preconceituosa.

Reflexões a partir da obra

O artigo traz à realidade, questões muitas vezes vistas como normais e que não afetam a população que foi trazida neste trabalho, no caso a população negra. Os autores trouxeram uma visão da importância de se conhecer a realidade do negro, desde meados da colonização, de mudar uma visão errônea que a maioria das pessoas possuem em relação ao homem negro, como eles veem a chegada desse povo ao país. A população negra faz parte de uma cultura que fez e faz o país, de tradições e ensino que precisam ser respeitados.

A educação antirracista é trazida pelos autores como um meio de combate as inúmeras formas de discriminação, trabalhar formas de mostrar a realidade do homem negro nas escolas, é buscar um futuro diferente, com um olhar voltado ao respeito e ao fim do egocentrismo, deixando assim de existir uma classe que se diz dominante.

Indicação da obra

Ao observar o número de casos de crimes raciais, a importância de trabalhos como esse, é indiscutível. Os autores buscaram trazer uma visão sobre como a população negra sofre com o preconceito desde a colonização, da forma como muitas vezes foram e são menosprezados por motivos fúteis impostos pela sociedade. Trouxeram também a importância de as escolas buscarem uma educação antirracista, um trabalho que precisa de todos do ambiente escolar, pois, mostrar a

realidade e trazer a necessidade e obrigatoriedade do respeito para com todos, já é um pontapé para a mudança de boa parte da sociedade.

Assim, a leitura da obra interessa a todos, pois, faz com que tenhamos uma visão de como as pessoas ainda vivem com uma mentalidade de séculos passados e que precisamos ver que estamos vivendo a contemporaneidade, na qual, o respeito, a aceitação, o diálogo são fundamentais para a construção de uma sociedade menos preconceituosa.

RESENHA

SÁ, C. G. P.; TEDESSHI, S. L. Currículo, Diferenças e a Educação para as Relações étnicos raciais: uma análise para além da transversalidade. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, V. 6 n. 12, ano: 2022

CURRÍCULOS E RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS: UMA ANÁLISE ESCOLAR QUE SEGUE O PERCURSO DA TRANSVERSALIDADE

Karina da Costa Araujo¹¹
Charlyan de Sousa Lima¹²

Síntese da obra

Tendo em vista que, as diferenças de currículos relacionadas à cultura étnica racial fazem toda a diferença ao âmbito educacional, uma vez que essa diferença deve acontecer em toda instituição escolar, sendo inserido não como uma temática que abrangessem apenas a transversalidade.

Nesse sentido, é importante visualizarmos sobre quão essa representatividade de cultura pode contribuir para os alunos, mostrando assim, diferentes identidades a eles, mas consequentemente os currículos são silenciados a mostrar a cultura afro-brasileira, sendo assim, pensar em educação é pensar na nação. É notório que a educação nas escolas vem enfrentando obstáculos, a qual está relacionada ao preconceito de diferentes culturas.

Portanto, é de suma importância que esses paradigmas relacionados aos currículos sejam quebrados e tenha mais visibilidade e valorização das diferentes culturas, identidades étnicas raciais. Uma vez que a identidade no espaço escolar é de extrema relevância para a desconstrução dos estereótipos na educação.

Principais resultados desenvolvidos na obra

O currículo cultural precisa ser inserido no espaço escolar, para assim melhorar e combater os preconceitos existentes nos espaços educacionais. E proporcionar experiência a partir da multiplicidade e da diferença.

É notório, que essa diferença nos currículos seria interessante para o outro, evidenciar a cultura do outro e respeitar.

Reflexões a partir da obra

O preconceito racial está cada vez mais visível e frequente ao nosso meio, principalmente em espaços públicos e meios educacionais. Desse modo, é de relevância que cada escola problematize, tragam palestras e procurem meios de descontração a essas críticas em relação à cultura. Seria muito importante se cada instituição repensasse e criasse estratégias para inserir essas diferenças de currículos para qualificar ainda mais o ensino e combater a opiniões racistas.

¹¹ Graduada em Linguagens e Códigos- Língua Portuguesa pela Universidade Federal- MA, Campus São Bernardo.

¹² Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

Indicação da obra

Este artigo se trata sobre a diferença dos currículos étnico raciais na educação e pedagogia, deixa evidente que seria um eixo que mudaria a educação e a forma de pensar de muitos da humanidade, essa diferença deixa claro para nós professores refletir sobre melhoria no nosso âmbito educacional, e sobre representatividade das diversas culturas a quais precisam serem frisadas, para assim, desconstruir posições críticas em relação à cultura do outro. Portanto, o artigo é interessante para todos os profissionais refletirem que quando se fala em currículo não é somente um currículo, mas pensar em seu contexto em si, currículo são escolhas pedagógicas e políticas. Sendo Assim, essa representatividade nos coloca diante de um cenário de responsabilidades de gerações futuras.

RESENHA

MARTINS, T. M.; FONSECA, I. B.; Projeto político pedagógico: a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira. **Ensaios Pedagógicos** (Sorocaba), vol.7, n.1, jan./abr. 2023, p.29-40.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: UMA REFLEXÃO ACERCA DE SUA OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Anderson Santos Silva¹³

Luciene Teixeira de Oliveira Silva¹⁴

Charlyan de Sousa Lima¹⁵

Síntese da obra

O artigo intitulado “Projeto político-pedagógico: a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira” defende a inclusão desses conteúdos nas escolas brasileiras como uma forma de promover a igualdade e o respeito à diversidade cultural do país.

Os autores destacam que a educação deve ser um espaço de formação cidadã e de combate às desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, é fundamental que os estudantes tenham acesso a informações sobre a história e a cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, garantidos para o reconhecimento e preservação dessas culturas.

Além disso, os autores apontam que a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena está prevista na legislação brasileira, mais especificamente na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008. Essas leis determinam que esses conteúdos devam ser considerados de forma transversal em todas as disciplinas da educação básica.

Diante disso, os autores defendem a necessidade de uma política pública efetiva para a implementação dessas leis, que contemplem a formação dos professores, a produção de materiais didáticos atualizados e a realização de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo. O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena não se trata apenas de uma obrigação legal, mas de uma necessidade ética e política para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Por fim, os autores destacam que o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena não se trata apenas de uma obrigação legal, mas também de uma oportunidade para os estudantes conhecerem e valorizarem a diversidade cultural do país, seguramente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os principais resultados incluídos na obra são a análise crítica da legislação que obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras, uma discussão sobre a importância da inclusão desses temas no currículo escolar e a proposição de estratégias para a implementação da lei nos projetos político-pedagógicos das escolas.

¹³ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

¹⁴ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu. Graduada em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

¹⁵ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

Os autores destacam a importância da educação para o combate ao racismo e outras formas de reconhecer, e afirmam que a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar é uma forma de reconhecer a diversidade cultural do país e proteger as contribuições desses grupos para a formação da identidade brasileira.

Além disso, os autores apontam a necessidade de formação de professores e produção de materiais didáticos capacitados para o ensino desses temas, bem como a promoção de atividades culturais e pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e incentivem o respeito às diferenças.

Por fim, os autores defendem que a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar deve estar presente no projeto político-pedagógico de todas as escolas brasileiras, sendo um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Reflexões a partir da obra

O projeto político-pedagógico que defende a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira é de extrema importância para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e plural.

Desde a promulgação da Lei 10.639/03, que incluiu o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, houve avanços alcançados na valorização e reconhecimento da contribuição desses grupos para a formação da sociedade brasileira. No entanto, ainda há muito a ser feito para que esses estudos sejam de fato incorporados ao cotidiano escolar.

Além disso, a inclusão do estudo da história e cultura indígena na educação básica é fundamental para desmistificar preconceitos e estereótipos presentes na sociedade brasileira em relação a esses povos. É preciso respeitar e tolerar a diversidade cultural e étnica presente em nosso país, reconhecendo a importância das contribuições desses grupos para a construção da identidade nacional.

O projeto político-pedagógico que defende a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira deve estar embasado em uma metodologia que promova a reflexão crítica sobre a realidade social e cultural brasileira, estimulando o respeito às diferenças e o reconhecimento da pluralidade de culturas.

É importante também que a formação dos professores contemple a inclusão desses estudos em sua prática pedagógica, por meio de cursos de formação continuada e ações de atualização curricular. O envolvimento da comunidade escolar, incluindo pais, alunos e demais agentes educacionais, é fundamental para a efetivação do projeto político-pedagógico.

Portanto, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, capaz de reconhecer e enfrentar a diversidade cultural presente em nosso país.

Indicação da obra

O projeto político-pedagógico que propõe a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A história do Brasil foi marcada pela exploração e opressão de povos indígenas e africanos, que foram escravizados e subjugados durante séculos. Essa história ainda se reflete nas desigualdades sociais e derrotadas que existem hoje em nosso país. É fundamental que as novas gerações tenham consciência dessa realidade para poderem lutar por mudanças e por uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Além disso, o estudo da cultura afro-brasileira e indígena é uma forma de defender e competir a diversidade cultural do nosso país. É importante que os alunos aprendam sobre a riqueza das culturas indígenas e africanas e sobre a contribuição desses povos para a formação da cultura brasileira.

O projeto político-pedagógico proposto pelos autores deve incluir a formação dos professores para que eles possam abordar esses temas de forma adequada e com o devido respeito. Também é importante que o material didático utilizado nas escolas contemple a história e cultura afro-brasileira e indígena de forma clara e objetiva.

Dessa forma, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira contribuirá para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade cultural do nosso país.

RESENHA

MOHR, D. P. R.; SANTINHO, G. D. D. S.; OLIVEIRA, M. A. B. Educação escola quilombola: afirmação e valores de uma identidade quilombola. **Cadernos de estudos culturais**. v.2, p.9-29.2022.

UM FAZ DE CONTA QUE ACONTECE: A VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Ana Gabrieli Marques Silva¹⁶

Rafael Lisboa da Silva¹⁷

Charlyan de Sousa Lima¹⁸

Síntese da obra

A autora aborda as origens dos povos quilombolas, enfatizando pontos de luta, conquistas, injustiças e preconceitos vivenciados por estes. No entanto, ressalta também a resistência dos povos de comunidade quilombola ao longo dos anos para conquistarem o espaço que possuem hoje. Para isto, ela divide o artigo em duas partes: a primeira apresenta todo o arcabouço histórico social do que se entendia o quilombo enquanto espaço social e político durante o período colonial e o que aconteceu para ele ser entendido, posteriormente, como um espaço de resistência, não mais da colônia portuguesa, mas sim, das mentes colonizadas, que desejam há muito tempo, mudar a sua forma de ser, existir e mesmo de educar.

A segunda parte fica com os aspectos legislativos a respeito da educação quilombola, a necessidade de incluí-la como uma educação diferente da ministrada na maior parte das escolas brasileiras, educação esta, que não é montada por aqueles afetados por ela. Apresentando, desta forma, que não existe uma pedagogia às cegas, mas uma pedagogia que escolhe o que ensinar, validada por espaços onde se produz conhecimento, como na universidade, que parece não aceitar outros tipos de produções científicas, se não aquelas que acontecem dentro de seus espaços. Sendo este local, o mesmo que apresenta, muitas vezes, soluções para uma realidade que não vivencia, sem participação dos que são afetados.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Há um diagnóstico das várias especificidades culturais dos povos quilombolas, isto é, eles não são iguais, os costumes e culturas variam conforme a região de cada um deles e por isso, na construção do currículo escolar é tão importante a participação de pessoas que, segundo ela, vivenciam essa realidade.

Existem políticas públicas voltadas à educação quilombola, mas que não criam raízes devido a interesses políticos que acabam descontinuando-a. Desta forma cresce a não necessidade, por exemplo, de se ministrar em sala de aula assuntos que envolvem a cultura e história de povos quilombolas, e quando ocorre o interesse em se trabalhar essa temática, ela apenas é mencionada em datas específicas.

¹⁶ Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins.

¹⁷ Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Tocantins.

¹⁸ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

A reflexão a respeito da educação escolar quilombola está longe de ser encerrada, pois isso precisaria de uma efetivação das políticas públicas, uma vez que as próprias políticas públicas não são trabalhadas com o intuito de incluir a cultura quilombola dentro da própria sociedade.

Essa não ministração de conteúdos em sala, faz com que dentro da universidade, na formação de professores, tenha-se um baixo contato com materiais, estudos e informações a respeito da cultura quilombola.

Reflexões a partir da obra

Os quilombos há tempos são vistos com maus olhos quando se trata de local de autoafirmação política, a exclusão desses povos não é somente escolar, mas até mesmo no local onde residem. A Autora aborda também que os quilombos são alvos de críticas e de dificuldades de legalização, uma vez que para a comunidade externa, este espaço deveria ser usado de forma mais produtiva, dando espaço para uso do agronegócio e outras produções agrícolas.

A Educação brasileira está longe de ser uma educação inclusiva e voltada para um modelo de sociedade brasileira, composta por uma pluralidade de etnias. Não é simplesmente dizer que haverá mudanças na educação brasileira, mas sim, reestruturar desde a legislação e políticas públicas voltadas para o ensino, para a formação de professores, para a formação cultural das próprias pessoas, de entenderem que a pluralidade está presente na sociedade brasileira vigente.

Indicação da obra

Pensar a educação quilombola, sua valorização e afirmação leva tempo, e mais ainda, preparação. De forma concisa e sem meandros na escrita, a obra aqui resenhada apresenta toda uma base necessária para pessoas interessadas no tema da educação quilombola, como ela funciona na lei e de que forma essa escola é diferente das outras que estão dentro da educação brasileira. Essa obra, em apenas 20 páginas, oferece um leque de informações que podem ser de grande relevância para estudantes em processo de estágio e regência (iniciais ou finais), interessados e pesquisadores do tema em iniciação científica, bem como responsáveis pela elaboração de regimes e currículo escolar que pretendem incluir de forma significativa e eficaz um sistema que respeita a cultura e a pluralidade dos povos constituintes da sociedade brasileira. Posto isso, o artigo é de suma importância para todos que pensam, se articulam, orientam, e sonham com uma educação que verdadeiramente respeite as diferenças culturais e étnicas que existem no território brasileiro.

RESENHA

SOUSA, R.G; QUEIROZ, I. S; PEREIRA, C. S. A proteção e a promoção das condições da saúde humana dispostas na eco-92 em giro pela educação crítica ambiental. **Trabalho necessário**. V.20, N. 43, Páginas da revista, 2022.

PROMOÇÃO DE SAÚDE: RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONDIÇÕES DE SAÚDE HUMANA

Fernanda Silva Carvalho¹⁹

Marcelo Silva²⁰

Charlyan de Sousa Lima²¹

Síntese da obra

O estudo propõe preservar o debate da saúde como parte integrante da proteção ambiental dentro do Sistema Único de Saúde, com importante perspectiva de educação ambiental que conduz também a interpretações modernas permitindo evidenciar a qualidade do que é indispensável entre saúde e o debate ambiental após trinta anos da Eco-92.

A promoção das condições de saúde humanas a partir da construção de políticas ambientais está destacada na Agenda 21 por ser elemento central para debater todas as condições de existência sobre grupos vulneráveis e de risco sobre o acesso aos serviços de saúde. E dentro da precarização das relações entre o social e a natureza, encontra-se a Estratégia de Saúde da Família.

A relação da atenção primária, das necessidades de atendimento primário a saúde e de seus profissionais, sobre as ações voltadas a saúde que estejam interligadas ao ambiente, suas modificações e relações entre sociedade e natureza, a compreensão de necessidades que compõe determinantes sociais e a correlação entre atendimento primário e estrutura da atenção primária em saúde (APS). Uma vez que se observa entre os profissionais da APS, a desvalorização sobre os saberes e práticas populares, trazendo distanciamento relacionado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e suas práticas.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Dentre as intenções destacadas na obra, observa-se a “proteção e promoção das condições da saúde humana”, que está presente, na Agenda 21 Global, o capítulo seis, no qual há a descrição do que seja saúde a partir de correlações com o que se acredita ser necessário para o desenvolvimento da saúde, sucedida por objetivos e atividades que possibilitem seu alcance através da relação entre as práticas ambientais.

Segundo Arraes e Bizerril (2019) as estruturas de mercado e de Estado, como abreviação das propostas neoliberais em curso, reorganizam as agendas de proteção ambiental e justiça social do setor, com a função de facilitar a flexibilização do arcabouço político-jurídico de proteção ambiental. As intenções de salvar vidas registradas na Agenda Global 21 do Brasil cada vez mais contornam as políticas públicas e sofrem isolamento e desintegração.

¹⁹ Graduanda em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Enfermagem pela Faculdade Pitágoras.

²⁰ Graduando em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão.

²¹ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e do Governo do Estado do Maranhão.

A Constituição da República Federativa do Brasil de nº 196-200 de 1988, diz que a saúde se limitava à seguridade social e a saúde estaria em um mapa maior, mais tarde, a saúde foi entendida como um direito com um enquadramento ético-político. Com a afirmação de que a saúde é de todos, o SUS planeja universalizar, ter equidade, inclusão, descentralização e participação social. Assim, a construção do SUS busca reinterpretar claramente a relação entre as pessoas e o meio ambiente e, portanto, a natureza.

Segundo Cnumade (1992, p.7) a Agenda 21 Global destaca cinco pontos de suma importância para relação entre natureza e promoção de saúde: “satisfação das necessidades de atendimento primário da saúde, especialmente nas zonas rurais; controle das moléstias contagiosas; proteção dos grupos vulneráveis; o desafio da saúde urbana; e a redução dos riscos para a saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais.”

A partir da ESF, as equipes de saúde mantêm vínculos com as pessoas trabalhando uma série de questões territoriais, ecológicas, culturais e sociais problema de saúde, essas relações redirecionam a prática e o conhecimento dentro do SUS para as suas necessidades com a população. Apesar da proposta da ESF de ser um modelo técnico-assistencial, as equipes de saúde mantêm contato com a comunidade e complementam questões de saúde com questões ambientais, culturais e sociais.

Reflexões a partir da obra

A obra trata das ações propostas na Agenda 21 sobre a temática ambiental, proteção e a promoção de condições de saúde humana no Brasil, trinta anos depois da ECO-92, tendo em vista os grandes avanços sobre os argumentos de dimensão ambiental como elemento crítico, para apresentação de garantias de defesa da vida e da dignidade.

O clímax da mudança cognitiva do Sul global evolui ao longo de uma trajetória que protege a vida a partir da relação entre pessoas, território e natureza, reescrevendo a saúde e a proteção ambiental como poderosos reveladores das condições existenciais.

Indicação da obra

Este estudo propõe a reabertura do debate da saúde como componente da proteção ambiental dentro de um Sistema Único de Saúde, a partir de uma perspectiva de educação ambiental crítica, e apresenta diretrizes contemporâneas para enfatizar a qualidade do essencial entre saúde e meio ambiente e fornece uma interpretação significativa sobre a temática em discussão.

O artigo é pontual pois desenvolve o assunto de forma coerente e é de fácil leitura para leitores não acadêmicos, embora aborde alguns termos mais específicos. Uma ótima discussão para qualquer pessoa interessada nesta área, especialmente saúde da família.

Referências

- ARRAIS, A. A. M.; BIZERRIL, M. X. A. A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. REMEA - **Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 37(1), 145–165, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rema/article/view/10885>. Acesso em 20 de abril de 2022.
- CNUMAD, Organização das Nações Unidas. **Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Organização das Nações Unidas, 1992. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-gl_obal.html. Acesso em 19 de abril de 2022.

RESENHA

SANTOS, W. B.; ALVES, D. O.; RIBEIRO, D. F. K S. Subalternização na educação do campo. *Revista Foco*. v. 16, n.1, p.1-14, 2023.

UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROCESSO EDUCATIVO DO CIDADÃO

Angelline Vieira Ferreira²²
Charlyan de Sousa Lima²³

Síntese da obra

Mediante a subalternização dos sujeitos na educação do campo, portanto é de suma importância emergir uma discussão no que se refere ao processo educativo do indivíduo em meio a sociedade em que vive, e em relação a uma perspectiva inclusiva, visto que tal modelo de educação sempre foi ignorado em meio aos motivos socioculturais, e a uma concepção do senso comum em que a vida no campo dispensa uma educação escolar, ajustada apenas nas demandas de quem vive no campo.

Considerando a importância de uma educação do campo no contexto escolar, e em relação às práticas educativas constituídas historicamente a partir da ausência de acesso à educação e condições de atuação, aprendizado e continuidade no campo, mas principalmente, de uma educação que perceba e legitime os povos do campo, em relação aos seus saberes e seus processos constitutivos.

Diante de um contexto historicamente complexo, faz-se necessário que o corpo docente busque ações que visem discutir como a sala de aula pode auxiliar no que se refere a educação do campo. Pois a educação do campo não se limita em apenas uma asserção pedagógica, mas um conjunto de atuações com consequências, culturais, educacionais e produtivos, tendo como base a valorização tradicional e o eixo de atuação educacional.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os autores da obra trazem um importante debate sobre a necessidade de implementar uma educação no campo nas escolas, principalmente nas escolas do campo, no qual a maioria das pessoas de situação precária vivem. O texto também traz uma discussão em relação ao projeto de pesquisa "Masculinidades no Plural: imagens na perspectiva da Teoria Queer", desenvolvido na Universidade Federal de Goiás – Câmpus Goiás. Onde subsidia diferentes campos de atuação dentro dos processos de subalternização campesina. A proposta em si envolve estudantes da Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC da referida instituição. Segundo a afirmação do autor sobre a dificuldade da sociedade em como lidar com as diferenças. Pois se sabe que sujeito do campo é diferente, visto que o mesmo vive outra realidade diferente do urbano, pela ocupação, espaço e papel social que desempenha onde está. Diante dessa observação, nota-se a importância de uma base nos estudos pós-estruturalistas, que nos demonstra a importância de reconhecermos as diferenças e o aprendizado de se conviver com elas em meio a sociedade.

²² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

²³ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

A partir do conceito de identidade na educação do campo com o seguimento possibilitador de convívio com as diferenças entre o campo e o urbano, onde o sujeito campestino e os métodos de não reconhecimento dos mesmos através da cultura urbana, e entre eles nas suas ações de vida. Desse modo, procurando localizar epistemologicamente a discussão, é provável situá-la bem como temática a ser dialogada no grande campo da sociologia. Isso se explica devido essa área de conhecimento que centrar-se na conduta do ser humano, nas diferentes sociedades e culturas e abranger dinâmicas da família, da escola, em relação aos diversificados espaços sociais, compreendendo as dinâmicas campestinas.

Reflexões a partir da obra

O referido artigo, além da descrição clara e necessária, trata de uma discussão em torno de como a educação do campo pode ser desenvolvida, e fazendo uma reflexão entre o sujeito campestino e urbano e suas diferenças. É necessário discutir de qual maneira a sala de aula pode contribuir em relação ao empreito de rompimento e a deslegitimação, que estabelece o indivíduo campestino a ser um subalterno.

Foi possível observar nesse texto, que o homem e a mulher do campo foram marcados por um procedimento histórico que colaborou para a baixa desvalorização do campestino e sua subjetividade. Exclusivamente no âmbito educacional, consideramos que é um imaginário empobrecido, de que a vida no campo desobriga de uma educação escolar, e mesmo que desobriga será uma educação escolar desvinculada das indagações do campo, onde o que produziu e produz é um processo de subalterna com relação ao urbano.

Indicação da obra

Este artigo tem grande relevância para os profissionais da área de educação, por se tratar de um empreito em relação à relevância de um processo educativo, no campo, com possibilidade de inclusão que possibilite colaborar para a desconstrução de processos e problemas que persistem na dinâmica campestina e que são ruins ao campestino. É necessário ainda considerar, que as questões da desigualdade no campo, o discurso instituído na urbanização é entendida como “civilidade”, onde contribui e fortalece processos de discernimentos e subalternização para os “desajustados ao padrão aguardado”.

RESENHA

SILVA, M. G. Diversidade Cultural nas Escolas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.8, n.08, 2022.

O ENSINO DA DIVERSIDADE CULTURAL NAS ESCOLAS: ESTIMULANDO CONHECIMENTOS E VALORES CULTURAIS

Aline Rosimary de Oliveira²⁴
Ana Lucia Almeida Cornelio²⁵
Charlyan de Sousa Lima²⁶

Síntese da obra

O presente artigo vem ressaltar a importância da escola e o processo educativo para materializar o respeito à diversidade cultural existente no nosso país, bem como mostrar esse dinamismo entre cada cultura e suas particularidades.

O estudo visa abranger a importância dessas diversidades culturais dentro do espaço escolar e de como isso pode mudar a concepção dos alunos em relação ao respeito à variedade, diferença e pluralidade do outro. A autora teve por objetivo reunir outros estudos voltados a essa diversidade cultural no âmbito escolar na perspectiva educacional e social também, considerando outras análises, reflexões e conclusões de autores pesquisados.

Importante salientar que vários são os questionamentos que foram levantados e um deles é artigos, sobre a falta de estudos a respeito à diversidade cultural nas escolas e nas comunidades as quais estão inseridas, uma vez que, algumas delas estão localizadas dentro de áreas que são berços históricos de cultura, religiosidade, tradições e outros aspectos que podem definir “diversidade Cultural”.

Principais resultados desenvolvidos na obra

O artigo fez a revisão sistemática da literatura de diversos artigos, seminários, congressos e encontros, dissertações, teses e doutorados, trazendo aos leitores diversos questionamentos, reflexões e conhecimentos importantes sobre a diversidade cultural nas escolas, assim como da necessidade desse conteúdo ser abordado em sala de aula.

Todavia, fica explícito que alguns professores têm resistência em abordar o tema por ainda não possuírem a compreensão ou aptidão o bastante para discutir a pauta sobre o preconceito, discriminação e violência no âmbito escolar e desta maneira, não sabem transferir com clareza minuciosa, a respeito do assunto em questão.

O artigo enfatiza que é função da escola e de todos que fazem parte da educação enquanto instituição formadora, dialogar com os educandos sobre a diversidade cultural, um assunto de extrema e fundamental importância para que os mesmos adquiram conhecimentos para respeitar as características individuais e a identidade de um grupo com seus costumes e tradições. Então, cabe

²⁴ Graduanda em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

²⁵ Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo UNICEUMA-São Luís-MA; Graduanda em Ciências Biológicas Licenciatura- pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA; Pós-Graduanda em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Maranhão-IFMA.

²⁶ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

aos educadores e ao corpo docente utilizar e promover desse espaço para debater conteúdos de diversidade e encorajar um discurso de respeito, empatia, tolerância e inclusão entre os estudantes.

Nesse mesmo sentido, Silva (2016, p.214), concorda que:

A escola tem a tarefa de ensinar os alunos o compartilhamento de saberes, emoções, respeito e ética. Deve ser um lugar que permeia as mesmas oportunidades a todos, mesmo que se faça uso de estratégias pedagógicas diferentes conforme necessidade dos mesmos, sempre levando em conta as tradições e as crenças destes.

Com base nesses artigos analisados podem-se observar tabelas com revisões sistemáticas na qual contém informações sobre o autor, ano, período de publicações, objetivos e metodologia. Constatou-se a precisão de ampliar outros métodos de pesquisas no ponto de vista quantitativo, desse modo compreender as habilidades e limites vividos pelos autores do sistema educacional no que diz respeito à temática abordada “diversidade cultural no ambiente escolar”.

Reflexões a partir da obra

Pôde-se perceber que essa obra trouxe diversas explicações de autores importantes no artigo trazendo neste estudo, resultados das análises realizadas em trabalhos acadêmicos que abordaram um assunto de grande importância, com enorme complexidade e mensurável nos dias atuais, um tema que proporciona ainda muitas discussões e reflexões.

Espera-se que todo esse debate trazido em pauta sobre as diversidade e pluralidade culturais nas escolas, venha promover o discernimento não somente nos alunos e integrantes de um sistema educacional, mas em toda a família e na sociedade como um todo.

Segundo a explanação de Gomes (2019, p.214), no qual afirma e defende que:

as questões relacionadas às tradições culturais sejam discutidas não só na sala de aula, mas em toda a comunidade escolar, na família e na sociedade como um todo, para que alunos, pais e a sociedade possam compreender e respeitá-las em nossa sociedade. Para o autor, a diversidade de culturas é vital para um saudável dinamismo escolar, e subsequente, social.

Neste contexto, a instituição de ensino vive constantemente um processo democrático, onde todos merecem respeito e devem ter discernimento que as diferenças formalizam parte de uma marcha social e cultural, e entender que todo esse cenário do multiculturalismo é que constituem a sociedade.

E toda essa reflexão sobre o artigo resenhado mostra que mudanças são essenciais, tanto na escola, como na sociedade, onde todos tem que ter conhecimento e informações para exigir e cumprir o absoluto respeito aos direitos humanos, a tolerância e o reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão que deve ser compartilhada sem distinções, dessa forma provável formar pessoas capazes para conviver com as diversidades e pluralidade culturais em sociedade.

Indicação da obra

Este trabalho tem por objetivo reunir estudos sobre a diversidade cultural no âmbito educacional, propondo-se idealizar um grupo social íntegro e munido por valores éticos.

A diversidade cultural sempre se fez presente no nosso cotidiano, desde a história da educação no Brasil colonial até os dias atuais e toda essa riqueza cultural proporciona às relações humanas fazendo parte de um processo social e também cultural do nosso país.

O âmbito escolar é atualmente um processo social fundamental ativa às transições da sociedade, tornando-se um coeficiente de grande valia na socialização e organização para que o indivíduo saiba viver em um grupo social respeitando as diversidades de forma a compreender que temos direitos iguais, independente da raça, região, geográfica, religião, situação financeira, gênero, cultura a qual pertencemos.

Neste contexto a Instituição de ensino é o local ideal para combatermos qualquer forma de discriminação, assim tornar um ambiente harmônico e acolhedor, livre de injustiças e das diversas manifestações de preconceitos. Pois a instituição de ensino deve ter discernimento e respeitar as diversidades culturais.

Carvalho e Silva (2020, p. 284) defendem que,

[...] pensar uma educação escolar que integre a diversidade cultural e as questões étnico-raciais significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e de outros níveis, bem como no tocante ao direito de ser diferente, ampliando as propostas curriculares do país e buscando uma educação mais democrática e a promoção da igualdade racial.

Dessa forma, para que insiram esse currículo e trabalhem a temática “diversidade cultural no âmbito escolar” os professores e todo corpo docente precisam se conscientizar que atualmente há a necessidade de uma educação e metodologia diferenciada e que a transmissão de conhecimento seja de inclusão e de oportunidades a todos, proporcionando aos educandos renovações nos panoramas sociais nas quais estão inseridos.

Referências

- CARVALHO, G.P; SILVA, E.A. **Diversidade cultural e relações étnico-raciais na educação**. Revista Contrapontos, v.20, n.1, p. 196-2016, 2020.
- GOMES, M.M. A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula? **Revista Educação Pública**, v. 19, p. 124, nº 30, 19 de novembro de 2019.
- SILVA, Maria Gonçalves. Diversidade cultural nas escolas, **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.8.n.08. ago. 2022.
- SILVA, F.M. Educação e docência: um estudo sobre as relações de gênero e diversidade na escola. **Revista Ártemis**, v.13, n.1, p.124, 2016.

RESENHA

SILVA, Gleyton de Moura Ferreira; GOMES, Edilene Batista. **Cultura Pop e Práticas Pedagógicas: uma reflexão para a educação básica**. Revista: Redoc, v.7, n.1, p.1, Rio de Janeiro, 2023.

A CULTURA POP COMO UMA POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Maria Alves da Silva²⁷
Charlyan de Sousa Lima²⁸

Síntese da obra

A cultura pop esta presente nos mais diversificados ambientes e faz parte do cotidiano dos sujeitos através das mídias sociais. A obra menciona a cultura pop como objeto na construção do conhecimento, a ideia básica é que os elementos que fazem parte do dia-a-dia dos alunos estejam presentes na sala de aula, sendo utilizados como ferramentas na potencialidade do ensino e aprendizagem.

A participação ativa novas práticas pedagógicas estimulam o desenvolvimento da escrita, da leitura, da produção, da interpretação, da compreensão, da reflexão e da consciência crítica. Dessa forma, o uso dos gêneros da cultura pop em sala de aula tem se mostrado como instrumento importante para o ensino, uma vez que estes gêneros podem estar sendo utilizados em sala de aula, não somente como um apoio metodológico, mas como um espaço de comunicação.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Os autores da obra em questão enfatizam sobre a importância do desenvolvimento de novas práticas pedagógicas para o uso tecnológico da cultura pop. Uma vez que, mediante as transformações da sociedade e a inserção da tecnologia cada vez mais no cotidiano dos sujeitos, faz-se necessário desenvolver estratégias metodológicas que facilite o estímulo da escrita e da leitura nos gêneros da cultura pop seja por mangás, amimes ou fantics.

Podemos ainda ressaltar que a inserção dos elementos da cultura pop em sala de aula aproximar a comunidade escolar do cotidiano dos alunos. Estimulando assim, os estudantes e sua plena participação no seu processo de aprendizagem frente a uma produção ativa do conhecimento. Portanto, o estudo chama a atenção principalmente para as mudanças nos meios sociais e como essas mudanças podem contribuir para o ensino.

Reflexões a partir da obra

É nítido que a tecnologia promove consideráveis mudanças na comunicação. O domínio da leitura e da escrita em ambientes virtuais assume um importante espaço, uma vez que possibilita a participação social dos sujeitos por meio de diferentes tipos de linguagens. O estudo em questão apresenta a tecnologia como ferramenta importante na potencialidade da produção do conhecimento, ressaltando a importância da inserção da cultura pop no contexto educacional.

²⁷ Graduada em Linguagens e Códigos/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

²⁸ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

A cultura pop é uma cultura vigente que possibilita novas práticas pedagógicas, promovendo o aperfeiçoamento da leitura, da escrita, da interpretação, do olhar crítico para as informações que nos chegam. Essa realidade requer do indivíduo habilidades que vão muito além de saber ler e escrever, é necessário assumir uma postura responsável nesses novos meios de comunicação.

Assim, os gêneros da cultura pop são vistos como recursos para a inovação das práticas pedagógicas, pois visam contribuir para o crescimento do ensino e aprendizagem, possibilitando práticas educativas mais atrativas, sendo assim é evidente a importância de considerar os elementos do cotidiano dos alunos no ambiente escolar.

Indicação da obra

Frente às mudanças da sociedade e o avanço da tecnologia, professores e profissionais da área educacional devem buscar inovar e incorporar nas práticas pedagógicas o uso dos elementos que estão cada vez mais inseridos do cotidiano dos alunos, sendo pensado a contribuir para a potencialidade do ensino e aprendizagem. O artigo em questão tem fundamental relevância para o entendimento da cultura pop, cultura esta que está crescendo e se espalhando cada vez mais por toda sociedade. Sua leitura é importante para acadêmicos, professores e demais profissionais das mais diversificadas áreas de conhecimento, sendo utilizado como meio para a transformação das práticas pedagógicas.

RESENHA

CAVALCANTE, P. F.; STUMPF, M. R. Diversidade Surda na perspectiva sociocultural brasileira: uma análise qualitativa baseada em experiência. **Peer Review**, v. 5, n. 2, 2023.

PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL DA DIVERSIDADE SURDA NO BRASIL

Karoline Maria Pereira Carvalho²⁹

Katrine Maria Pereira Carvalho³⁰

Charlyan de Sousa Lima³¹

Síntese da obra

Ao longo dos anos, as línguas preservaram e transmitiram o patrimônio histórico e cultural dos povos e comunidades. A construção de diálogos paralelos entre cultura e linguagem constrói determinados tópicos, principalmente sob a influência de condições sociais, onde os objetivos são criados por meio de crenças e valores. Nesse sentido, destacam-se os Estudos Surdos sob a perspectiva de Ladd (2003) e as contribuições de Kusters et al. (2015) no que tange à temática Diversidade e Inclusão.

O processo cultural engloba ideias e identidades, sejam elas individuais, acadêmicas, políticas ou sociais. Sobre isso, destaca-se a relevância de uma investigação epistemológica dentro da comunidade surda e sua relação com o mundo, especialmente no que se refere às minorias linguísticas. Assim sendo, o estudo tem caráter qualitativo e visa avaliar a subjetividade existente nas minorias linguísticas surdas e analisar as condições de acessibilidade em termos de diversidade surda e direitos humanos. Discute a construção da identidade do indivíduo Surdo, seu lugar na sociedade e seus direitos linguísticos.

Principais resultados desenvolvidos na obra

Para a autora, a construção da identidade cultural surda se orienta a partir do vínculo do processo educacional às experiências culturais dos surdos. Lobato (2019) explica as divisões entre Língua Brasileira de Sinais (Libras), Oralidade, Implante Coclear e Cultura Surda. Neste sentido estes crescentes grupos respeitam as diferenças de comunicação em uma mesma deficiência que possuem em comum. A esse respeito, a identidade surda se caracteriza pelas formas que pessoas surdas convivem com esse tipo de limitação.

As reflexões e inquietações em relação à pessoa surda, independentemente do tipo de identidade surda, evidenciam o conceito deafhood – traduzido em 2013 por Ladd como “surdidade”. Para o pesquisador e ativista surdo britânico, a surdez não é vista como algo a ser corrigido, mas sim define o estado existencial e de identidade da pessoa surda no mundo. Sob a ótica da comunidade surda, o conceito deafhood se volta principalmente para a pessoa surda sinalizante.

²⁹ Graduanda em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

³⁰ Graduada em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

³¹ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari. Professor da Faculdade Santa Luzia e Professor Efetivo do Governo do Estado do Maranhão.

Reflexões a partir da obra

A autora enfatizou sobre a questão do problema de acessibilidade, dizendo, principalmente, que às legendas que integram a legislação como conduta obrigatória dos meios visuais de comunicação e informação, são a maior dificuldade nesse contexto. Portanto, a diversidade e inclusão devem ser considerados conceitos importantes dentro de discussões como estas. E é desta maneira que a individualidade das pessoas surdas possa ser compreendida, e que estas pessoas possam lutar pelos seus direitos em um grupo.

A pesquisa apresentou em um resultado geral, sobre a falta de acessibilidade apresentada pela maior parte dos indivíduos, que consideram o uso de legendas como recurso de fundamental importância para sua independência. Com relação à análise dos textos que perfazem a pesquisa de embasamento teórico, verificou-se o anseio da comunidade surda em ampliar a atuação dos tradutores e intérpretes de Libras nos mais diversos ambientes.

Indicação da obra

O artigo aborda uma questão muito importante para leitores de cursos voltados para educação especial e inclusiva. Compreende-se que é muito relevante entender e pesquisar sobre a realidade da vida dos surdos quanto os seus direitos e oportunidades como pessoas inseridas em uma determinada comunidade. E dentro desse diálogo paralelo entre a cultura e a língua que constrói uma certa subjetividade. Assim indico a leitura da obra para estudos mais aprofundados para os leitores que se interessem pelo conhecimento sobre a comunidade surda.

Referências

- LADD, Paddy. **Understanding Deaf Culture – In Search of Deafhood**. Multilingual Matters Ltd. 2003.
- KUSTERS, Annelies. et al. On “diversity” and “inclusion”: Exploring paradigms for achieving Sign Language Peoples’ rights. Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity. **MMG Working Paper**, v. 15, n. 2, 2015, 30 pp.
- LOBATO, Lakshmi. Diversidade Surda: mais que um termo, um grupo de pessoas. **Desculpe, Não Ouvi!** São Paulo, 09 de maio 2019.